

Desafios no reassentamento pós-tragédia: preservação de identidade e memória no caso de Bento Rodrigues

**Challenges in post-tragedy resettlement: preservation of identity
and memory in the case of Bento Rodrigues**

**Desafíos en el reasentamiento posterior al tragedia: preservación
de la identidad y la memoria en el caso de Bento Rodrigues**

Aurinéa Matos Ferreira  

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, São João del-Rei (MG), Brasil
auriniveamatos@ufsj.edu.br

Leonardo Cristian Rocha  

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, São João del-Rei (MG), Brasil
rochageo@ufsj.edu.br

Carlos Fernando Ferreira Lobo  

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte (MG), Brasil
carloslobo@ufmg.br

Resumo

As tragédias envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos no Brasil, especialmente em Minas Gerais, evidenciam a necessidade de práticas de reassentamento que preservem a memória, identidade e cultura das comunidades afetadas. Este estudo investiga o reassentamento compulsório de Bento Rodrigues, destruído pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em 2015, evento que resultou na extinção de uma comunidade inteira e na liberação de aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos na bacia do rio Doce. Diante da impossibilidade de reconstrução no local original, foi estabelecido o "Novo Bento", um reassentamento planejado com diretrizes como a manutenção das relações de vizinhança e elementos urbanos da antiga comunidade. No entanto, observa-se que, embora aspectos físicos tenham sido parcialmente reproduzidos, o novo espaço não conseguiu restabelecer plenamente os valores simbólicos e identitários, impactando negativamente a vida social, econômica e cultural dos moradores. A pesquisa analisa o processo de reassentamento sob a perspectiva dos atingidos, considerando relatos, imagens e reflexões sobre pertencimento e identidade coletiva com base no jornal chamado *A Sirene*, jornal este feito pela própria comunidade atingida. O estudo busca contribuir para



o debate sobre reconstrução pós-tragédia, ressaltando a importância de projetos que respeitem a memória e os modos de vida das populações afetadas. Assim, propõe-se que abordagens interdisciplinares sejam aplicadas para minimizar impactos sociais e culturais em futuros reassentamentos e assim estabeleça a justiça ambiental.

Palavras-chave: Tragédia. Reassentamento. Mariana. Pertencimento. Novo Bento.

Abstract

The tragedies involving the rupture of tailings dams in Brazil, especially in Minas Gerais, highlight the need for resettlement practices that preserve the memory, identity and culture of the affected communities. This study investigates the compulsory resettlement of Bento Rodrigues, destroyed by the rupture of the Fundão dam, in Mariana, Minas Gerais, in 2015 - an event that resulted in the extinction of a community and the release of approximately 60 million cubic meters of tailings in the Rio Doce basin. Given the impossibility of reconstruction in the original place, the "Novo Bento" was established, a planned resettlement with guidelines such as the maintenance of neighborhood relations and urban elements of the old community. However, it is observed that, although physical aspects have been partially reproduced, the new space failed to fully restore symbolic and identity values, negatively impacting the social, economic and cultural life of the residents. The research analyzes the resettlement process from the perspective of those affected, considering reports, images and reflections on belonging and collective identity based on the newspaper called A Sirene. This newspaper is made by the affected community itself. The study seeks to contribute to the debate on post-tragedy reconstruction, highlighting the importance of projects that respect the memory and ways of life of the affected populations. Thus, it is proposed that interdisciplinary approaches be applied to minimize social and cultural impacts on future resettlements and thus establish environmental justice.

Keywords: Tragedy. Resettlement. Mariana. Belonging. Novo Bento.

Resumen

Las tragedias que involucran la ruptura de presas de residuos en Brasil, especialmente en Minas Gerais, evidencian la necesidad de prácticas de reasentamiento que preserven la memoria, la identidad y la cultura de las comunidades afectadas. Este estudio investiga el reasentamiento obligatorio de Bento Rodrigues, destruido por la ruptura de la presa de Fundão, en Mariana, Minas Gerais, en 2015 - evento que resultó en la extinción de una comunidad y en la liberación de aproximadamente 60 millones de metros cúbicos de relaves en la cuenca del Río Doce. Ante la imposibilidad de reconstrucción en el lugar original, se estableció el "Nuevo Bento", un reasentamiento planeado con directrices como el mantenimiento de las relaciones vecinales y elementos urbanos de la antigua comunidad. Sin embargo, se observa que, aunque los aspectos físicos han sido parcialmente reproducidos, el nuevo espacio no logró restablecer plenamente los valores simbólicos e identitarios, impactando negativamente la vida social, económica y cultural de los residentes. La investigación analiza el proceso de reasentamiento desde la perspectiva de los afectados, considerando relatos, imágenes y reflexiones sobre pertenencia e identidad colectiva basadas en el periódico llamado A Sirene. Periódico este hecho por la propia comunidad afectada. El estudio busca contribuir al debate sobre la reconstrucción post-tragedia, destacando la importancia de proyectos que respeten la memoria y los modos de vida de las poblaciones afectadas. Así, se propone que se apliquen enfoques interdisciplinarios para minimizar los impactos sociales y culturales en futuros reasentamientos y así establecer la justicia ambiental.

Palabras-clave: Tragedia. Reasentamiento. Mariana. Pertenencia. Nuevo Bento.

Introdução

A tragédia ocorrida em 5 de novembro de 2015 na barragem de Fundão, em Mariana-MG, foi uma das maiores tragédias ambientais da história do Brasil, resultando na liberação de cerca de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos na bacia do rio Doce (Brasil, 2015). O subdistrito de Bento Rodrigues da cidade de Mariana foi uma das áreas mais atingidas com casas e estruturas completamente destruídas pela lama tóxica, muitos ecossistemas foram atingidos e graves danos ambientais ocorridos. Nesta comunidade mais impactada, 19 membros faleceram no rompimento da barragem e, como consequência, o fim da comunidade de Bento.

Para se ter ideia da magnitude da tragédia, há registros que apontam que apenas cinco barragens de rejeitos lançaram, até então, mais de 10 m³ de rejeitos no solo. Os dois maiores acontecimentos de rompimentos de barragens acontecidos no mundo ocorreram nas Filipinas, um em 1982, com 28 milhões de m³; e outro em 1992, com 32,2 milhões de m³ de lama, observa-se que a soma da quantidade dos rejeitos lançados no solo dos dois rompimentos citados equivale à quantidade de rejeitos lançados no solo a partir da ruptura da barragem de Fundão em Mariana-MG. Estes dados são da Bowker Associates – consultoria de gestão de riscos relativos à construção pesada, nos Estados Unidos.

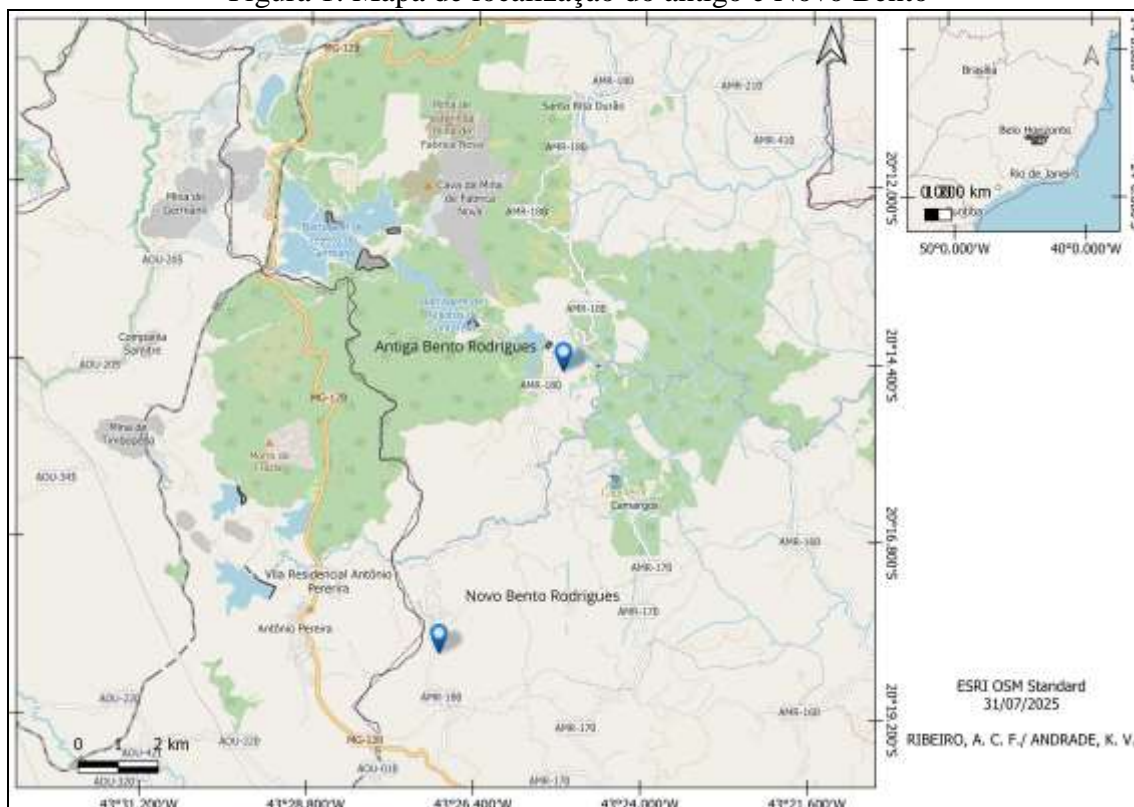
Além dos impactos ambientais devastadores, a tragédia provocou o deslocamento forçado de comunidades inteiras, sendo Bento Rodrigues uma das localidades mais afetadas. A impossibilidade de reconstrução no local original levou à criação do reassentamento "Novo Bento", planejado com diretrizes voltadas à manutenção das relações sociais e urbanísticas da comunidade anterior. No entanto, percebe-se que, apesar dos esforços na reprodução de elementos físicos, aspectos simbólicos e identitários foram comprometidos, afetando profundamente a vida social, econômica e cultural dos moradores.

Por meio de um acordo feito com a empresa Samarco, responsável pela barragem rompida, definiu-se que a reconstrução do Novo Bento seguiria algumas diretrizes determinadas pela comunidade atingida: vizinhança, terrenos semelhantes, nomes de ruas. Tudo isso com a finalidade de se tentar minimizar a dor de ter que deixar a antiga localidade e de tornar o novo local o mais próximo possível do que fora

destruído, pois não bastassem as perdas humanas, as perdas financeiras e as memórias, a comunidade de Bento Rodrigues perdeu o convívio de uma comunidade.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida (Carlos, 1996, p. 21).

Figura 1: Mapa de localização do antigo e Novo Bento



Fonte: Acervo da autora (2025).

Todavia, os desafios não se limitaram às perdas materiais e humanas. A reconstrução do "Novo Bento" revelou profundas questões relacionadas à preservação do sentimento de pertencimento, da identidade coletiva e da memória comunitária. Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Em que medida o reassentamento de Bento Rodrigues conseguiu preservar a identidade cultural e o sentimento de pertencimento dos moradores após a tragédia da barragem de Fundão?

O objetivo geral deste estudo é analisar o processo de reassentamento sob a perspectiva dos atingidos, investigando como a reconstrução pós-tragédia impactou a memória, a identidade coletiva e o pertencimento comunitário.

Este estudo busca ampliar o debate sobre reconstrução pós-tragédia e enfatizar a necessidade de projetos de reassentamento que respeitem a memória e os modos de vida das populações afetadas, minimizando impactos psicológicos, sociais e culturais. A metodologia adotada neste artigo é uma abordagem qualitativa, baseada sobretudo na análise documental e na investigação empírica. Para compreender as implicações do reassentamento de Bento Rodrigues e avaliar como o "Novo Bento" impactou a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento dos moradores, foram utilizados os seguintes métodos de pesquisa:

1. Análise documental

Foram examinados documentos governamentais, planos de reassentamento, reportagens e registros institucionais relacionados à tragédia e ao processo de reconstrução. Além disso, foram analisadas imagens prévias e posteriores ao rompimento da barragem, para que se pudesse avaliar comparativamente a estrutura física e a disposição espacial da antiga e da nova comunidade.

2. Coleta de depoimentos

A pesquisa observou trechos das entrevistas com moradores reassentados, buscando compreender suas percepções sobre o novo espaço, o impacto na vida cotidiana e a preservação ou perda da identidade comunitária. A amostra foi composta por moradores de diferentes faixas etárias e antigos setores da comunidade, permitindo um panorama abrangente das experiências vividas.

Para isso contou-se com um jornal denominado *A Sirene: Para não esquecer!* que é um jornal mensal independente, produzido pelas pessoas atingidas da Barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP). Ele conta com o apoio de jornalistas, estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e organizações como a Arquidiocese de Mariana e o Movimento dos Atingidos por Barragens e desde fevereiro de 2016 é um

contraponto estratégico à comunicação feita pelas mineradoras e pela mídia comercial, todo escrito por frases dos atingidos (Cáritas, 2025).

3. Comparação entre espaços e relações sociais

Os dados coletados foram organizados para comparar elementos urbanos, sociais e culturais do antigo Bento Rodrigues e do Novo Bento. Foram consideradas as relações de vizinhança, traçados urbanos, uso dos espaços públicos e a manutenção de práticas tradicionais.

Com essa abordagem, busca-se não apenas registrar os desafios enfrentados no reassentamento, mas também contribuir para a reflexão sobre como as futuras práticas de reconstrução pós-tragédia podem respeitar e preservar o modo de vida e a identidade das comunidades afetadas com justiça ambiental.

A CIDADE DE MARIANA, O SUBDISTRITO DE BENTO RODRIGUES, A SAMARCO E NOVO BENTO

Mariana é uma cidade histórica – a primeira de Minas Gerais – conhecida por sua herança histórica, patrimônio arquitetônico e cultural, bem como igrejas e edifícios históricos bem preservados. Foi a primeira cidade, a primeira vila, a primeira cidade mineira planejada. E teve sua descoberta em razão da exploração da mineração.

Possui 61.387 habitantes, segundo o censo de 2022 (IBGE, 2022), fica a 112 quilômetros da capital do Estado, Belo Horizonte, e o turismo representa importante papel econômico na cidade que tem visitantes atraídos por suas atrações turísticas, importância histórica e beleza singular.

Mariana, cidade mineira de belo patrimônio natural, histórico, humano e cultural, poderia sempre ser lembrada pela riqueza de tais atributos. No entanto, o dia 5 de novembro de 2015 conferiu à cidade um protagonismo nacional e internacional bem diferente e marcado pela tragédia de Mariana, considerado a maior catástrofe ambiental já registrada no Brasil (Silva; Ferreira; Scotti, 2015, p. 18).

Ao longo de seus 1.194.208 quilômetros quadrados (IBGE, 2022), a cidade de Mariana tem na agricultura outra fonte econômica que abastece não somente o mercado local, mas exporta a outras cidades, contudo, a principal fonte de renda da cidade é a mineração e ela garante o maior percentual de empregabilidade de sua população e representa, de acordo com o IBGE (2021), a maior parte da economia da cidade e desempenha um importante papel no desenvolvimento econômico e social dela. Em termos percentuais, a mineração representa 80,4% do Produto Interno Bruto (PIB) de Mariana, enquanto a agropecuária representa 19,3% e o turismo 0,3% da economia da cidade.

Mariana está inserida no Quadrilátero Ferrífero, região mineradora responsável por cerca de 60% da produção nacional de minério de ferro, o solo é rico em minerais como ouro, manganês e minério de ferro. As grandes jazidas de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero estão contidas nas rochas metamórficas pré-cambrianas, sendo a Formação Cauê, de idade paleoproterozoica, a que oferece maior interesse econômico, devido aos seus importantes depósitos ferríferos de elevado teor e pureza (Godoy, 2017, p. 21).

O município é fortemente beneficiado pela Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), normatizada e fiscalizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais prevista no art. 20, § 1º da Constituição Federal, que diz:

É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração ((BRASIL, Constituição Federal, art. 20, § 1º, s/p)).

Estes royalties da mineração são recursos repartidos entre União, Estados e Municípios em que há atividade minerária e devem ser aplicados em projetos que beneficiem a comunidade local a fim de melhorar a infraestrutura, da qualidade do meio ambiente, saúde e educação.

The map displays the study area in Minas Gerais, Brazil, with a focus on the Ribeirão das Neves and Santa Luzia urban areas. The map includes a scale bar (0 to 20 km) and a coordinate grid. An inset map shows the location of the study area within the state of Minas Gerais.

Para se ter ideia da dimensão do CFEM para a cidade de Mariana, há registro que em 2024, no dia 22 de maio, a cidade recebeu R\$ 19.906.524,45, de modo que Mariana ocupou a posição de terceira cidade no país com a maior arrecadação de royalties de minério de ferro – primeira de Minas Gerais (ANM, 2024). Estes quase 20 milhões de reais representam 5,788% do total da arrecadação e são relativos à competência de dezembro de 2023, segundo a ANM. O PIB per capita da cidade de Mariana em 2021, de acordo com o IBGE, era de R\$ 119.155,40, em comparação com o PIB da capital mineira, Belo Horizonte, que era de R\$ 41.818,32.

Diante de tais números fica evidente a dependência econômica da cidade de Mariana frente à mineração, pois em 2015, o PIB que era R\$ 55.349,36 caiu para R\$ 37.570,69 no ano seguinte, após a tragédia na barragem de Fundão.

Figura 3: Barragem de Fundão em Bento Rodrigues



Fonte: Climatempo (2015).

A barragem de Fundão está localizada em Bento Rodrigues, é um subdistrito de Santa Rita Durão, que por sua vez é um distrito de Mariana-MG e fica localizado a cerca de 35 quilômetros da cidade de Mariana. O subdistrito leva o nome de seu fundador – Bento de Godoy Rodrigues – e se desenvolveu ao longo da rota da Estrada Real, no ciclo do ouro. Antes do rompimento da barragem, esta localidade contava com uma população de cerca de 600 pessoas vivendo em cerca de 200 casas.

Além da mineração, o turismo também movimentava a economia local que era cheio de belezas naturais. Bento Rodrigues era sede de igrejas centenárias e seu patrimônio histórico-artístico continha importantes obras sacras e monumentos culturalmente relacionados e reconhecidos pelo Instituto de História e Patrimônio Artístico (IPHAN) (IPHAN, 2025).

Antes da tragédia do rompimento da barragem e após o ciclo do ouro, a economia deste subdistrito era baseada no comércio varejista de alimentos *in natura* e na agricultura e pecuária de pequeno porte. Bento, como é carinhosamente chamada pelos locais, era uma comunidade pacata voltada a tradições, era um local onde todos se conheciam e conviviam (Freitas, 2016). O lugar tranquilo era produtor de pimenta

biquinho com cachoeiras turísticas como a Cachoeira do Ouro Fino, no rio Gualaxo – agora soterrada (Codemig, 2018).

A Samarco foi fundada em 1973 e é uma empresa de capital fechado que atua no segmento de mineração, uma *joint venture* de propriedade da Vale (50%) e BHP Billiton Brasil Ltda. (50%), ela exerce suas atividades em Mariana há mais de quatro décadas e contribui significativamente para a economia da cidade (Samarco, 2024). Já as barragens de Fundão e de Santarém foram construídas no ano de 1977, numa distância de apenas 15 quilômetros de Bento Rodrigues. Na época da construção das barragens não foi feita uma consulta às populações próximas, ou um plano e procedimentos e condutas a serem adotados, caso houvesse um rompimento, nem sequer foi falado sobre os potenciais riscos de rompimento das barragens.

Até que na tarde de 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão sofreu sua ruptura que culminou em cerca de 60 milhões de m³ de rejeitos em todos os cursos d'água à jusante, até atingir o Oceano Atlântico, causando 19 mortes e mudando drasticamente a vida de milhares de pessoas, uma vez que o rastro de lama chegou ao Estado do Espírito Santo, percurso que impactou muitas comunidades de maneiras diversas por cerca de 663 quilômetros de extensão.

A lama de rejeitos atingiu o rio Doce e alterou a qualidade da água para captação e consumo em diversos municípios. Diante do sinistro e a pedido do Governo de Minas, numa ação conjunta da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), foi encomendada uma pesquisa à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cujo relatório descreve: "O que o relatório da Embrapa aponta é deficiência de fertilidade do solo, após a avalanche de lama e rejeitos de mineração. Existem também problemas de ordem física. Surgiu uma nova camada na parte superior do solo que é praticamente inerte", explicou o presidente da Emater-MG, Amarildo Kalil.

Figura 4: O distrito de Bento Rodrigues antes do rompimento da Barragem de Fundão



Fonte: Imagens de satélite da região de Bento Rodrigues, em Mariana (MG) (Digital Globe/Global Geo/Reprodução, 2015).

A área atingida pelos rejeitos é de 1.430 hectares e abrange os municípios de Mariana, Barra Longa e Rio Doce. Nos outros locais, os prejuízos ficaram mais concentrados na calha do rio Doce e na vegetação ciliar (Embrapa, 2015). A tragédia afetou toda a infraestrutura do distrito, por isso todos os moradores tiveram que ser retirados de seu território e temporariamente transferidos para o centro da cidade de Mariana. O território onde Bento Rodrigues já foi localizado agora é chamado de Velho Bento, como um lembrete de que sua população nunca mais poderá morar lá (Sampaio, 2016; Samarco, 2018).

O povoado de Bento foi totalmente devastado a ponto de ser inviável o retorno da população à localidade, seja pela insegurança e riscos de novas tragédias, seja pela toxicidade do solo, algo de início duvidoso, e por causa do acúmulo de sedimentos. E como fora inviabilizada a reconstrução de Bento no mesmo local do evento trágico, iniciou-se um processo pela busca de reassentamento da população em um novo sítio.

Figura 5: O distrito de Bento Rodrigues após o rompimento da Barragem de Fundão



Fonte: Imagens de satélite da região de Bento Rodrigues, em Mariana (MG) 2015 (Digital Globe/Global Geo/Reprodução)

TERRITÓRIO, ESPAÇO E LUGAR – A ESCOLHA DO NOVO BENTO

Tuan (1980, p. 4), em seu livro *Topofilia*, atribui ao conceito de topofilia um elo afetivo entre a pessoa, o lugar e o ambiente físico. Este era o ambiente percebido pelos moradores de Bento Rodrigues, nele há uma relação humana com o ambiente ou com a paisagem muito forte. E que essa relação lhes aponta o senso de lugar. Para ele, o lugar ganhava sua característica após a experiência (Tuan, 1975), lugar era lar, era abrigo, eram os costumes, era a prática religiosa, era a vizinhança, era o sossego, era a personalidade.

No distrito de Bento Rodrigues havia apego e conexão com aquele lugar. O patrimônio natural de Bento Rodrigues era a vida pacata e tranquila do local, era a natureza presente em todos os quintais, era religiosidade em cada festa, era o reunir na praçinha. A comunidade de Bento estabeleceu uma relação de infância vivida na rua, sem medo de criminalidade, de relação forte entre comunidade-igreja-escola.

Havia um sentimento toponímico que pode ser definido como a relação simbólica e afetiva que indivíduos ou comunidades estabelecem com os nomes

atribuídos aos lugares. Tais denominações transcendem seu propósito funcional de designar espaços geográficos, configurando-se como portadoras de significados históricos, culturais e sociais. O sentimento toponímico para os moradores de Bento se observa refeito e alimentado diariamente:

Esse negócio de rejeito é complicado. Só a manga sobreviveu. Não morre porque a casca é grossa. A de casca fina, foi tudo embora. Laranja... Você visse esse quintal aqui, ih, menina, como que era bonito. Banana igual tinha nesse quintal da prima... Isso aí tinha ameixa, jabuticaba, abacaxi. Ali tinha três poço. Tambaqui, piau, carpa, tilápia. No Natal, a gente ia assar um peixe. Hum. Assou? Foi tudo embora, teve peixe não. Se quiser tem que comprar pra comer. Dois pés de jabuticaba. 42 anos. Eu que plantei tudo ali. Se agradava, gente dava pra eles. (Seu João de Pedras, jornal *A Sirene*, edição mar. 2016, p. 8).

A fala de Seu João de Pedras expressa a devastação do ambiente natural e da relação cotidiana com o espaço. Antes da tragédia, a terra era produtiva, cheia de árvores frutíferas e peixes que sustentavam a comunidade e suas tradições. O território, que era um lugar de troca e subsistência, desaparece, mas a tragédia impôs uma separação definitiva e uma mudança nas relações econômicas. Sendo “O nosso Gama é muito mais que uma praça, é uma infância minha, assim como a do meu pai, a dos meus irmãos. O Gama não tem explicação, só se explica com a palavra amor. (Madalena das Dores dos Santos, Ponte do Gama, jornal *A Sirene*, edição mar. 2016, p. 12).

O relato de Madalena sobre a praça Gama destaca a dimensão afetiva e simbólica dos espaços urbanos. Não se trata apenas de uma estrutura física, mas de um elemento que atravessa gerações e define a identidade comunitária. A impossibilidade de recriar plenamente esse espaço no reassentamento demonstra o impacto da perda de referências materiais na identidade dos moradores.

Permitiram que se apoderassem de nossas poucas posses, as que não foram levadas pela lama. Será que essa permissão tinha como propósito acabar com qualquer vínculo que tínhamos com nossos lares? Mesmo com esse cenário, recomeçamos a frequentar nossa terra, que nos foi arrancada brutalmente. Com isso renasceu o desejo de pertencimento, pois, mesmo com tanta destruição, ali era nosso lar e não é fácil arrancar nos da identidade. Não estamos dispostos a cedê-la. (Jornal *A Sirene*, edição mar. 2021, p. 6).

Esse trecho do jornal *A Sirene* apresenta uma narrativa de luta pelo pertencimento. Os atingidos percebem que a retirada de suas posses remanescentes pode

ter sido uma estratégia para romper qualquer vínculo com o lar original. Ainda assim, a comunidade resiste, retornando ao território sempre que possível e reafirmando que a identidade não pode ser arrancada tão facilmente. Essa luta demonstra como o pertencimento vai além da posse material e está profundamente ligado à memória e à vivência coletiva. Este sentimento assume um papel importante na memória coletiva, contribuindo para a construção de identidades territoriais e evocando sentimentos de pertencimento e conexão.

O geógrafo humanista canadense Relph (1976) estudou as relações dos indivíduos com os lugares e a partir de uma abordagem fenomenológica de como as coisas são percebidas no mundo por meio do tempo e espaço, ele inseriu o grau de pertencimento para dizer se um indivíduo está ou não inserido no contexto de apego, envolvimento com o lugar ou quanto este indivíduo está despreocupado com este mesmo lugar. A essência e identidade de um lugar é representada pelas maneiras de envolvimento com este. O que se percebe em Bento Rodrigues é o envolvimento e vínculo da comunidade que era um lugar de trocas de experiências e vivências, onde os conhecimentos eram repassados às gerações seguintes. Lugar de tradições religiosas e culturais intensas, além de uma relação direta com a natureza, agricultura, pecuária e relação entre eles.

Após o sinistro acontecido em 5 de novembro de 2015 ficou impossível o retorno dos moradores às suas casas, ao seu abrigo, quer seja pelo risco de novos acidentes, quer seja pela incerteza em relação à toxicidade do solo, ou, ainda, simplesmente pelo fato de não haver mais casas. Assim sendo, logo após o rompimento da barragem, fez-se necessário que os moradores de Bento Rodrigues fossem compulsoriamente reassentados na cidade de Mariana – em hotéis, junto a parentes e em casas alugadas e, somente no ano de 2023, algumas primeiras famílias receberam a sua nova casa no Novo Bento.

No período imediatamente subsequente à tragédia de Bento, os moradores foram prontamente acolhidos pela comunidade marianense, evidenciando um movimento de solidariedade marcado por intensa comoção social, mas com o passar do tempo, os indivíduos passaram a ser alvo de discriminação e foram estigmatizados como oportunistas. Ademais, ocorreram episódios de segregação, os quais foram identificados, documentados e amplamente divulgados.

Após serem alocadas em hotéis ou em casas alugadas, ou ainda com parentes na cidade de Mariana, as vítimas da tragédia-crime do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, estavam agora por decidir, cheios de esperança, o local em que reconstruiriam o Novo Bento.

A Fundação Renova, foi e ainda é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Ela é dedicada exclusivamente ao processo de reparação e é uma organização sem fins lucrativos criada e controlada pelas três empresas responsáveis pela tragédia, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) (Renova, 2024).

Ela intermedeia as medidas de reparação, mitigação e compensação dos impactos socioambientais e socioeconômicos causados pela tragédia. É responsável pelo reassentamento das famílias afetadas, incluindo a construção de novas moradias e a entrega de indenizações e por conseguinte atua no processo de reassentamento e realocação da comunidade de Bento Rodrigues para o novo distrito de Novo Bento (Renova, 2024).

No entanto, há questionamentos sobre sua autonomia, uma vez que foi criada e é financiada pelas próprias empresas responsáveis pela tragédia (Samarco, Vale e BHP). Além disso, há relatos de dificuldades no acesso às indenizações e na transparência dos processos de reassentamento de modo que a Justiça Federal já determinou inspeções no sistema da Fundação Renova devido a problemas na tramitação de pedidos de indenização (Processo 1000415-46.2020.4.01.38000).

Sobretudo, a maior crítica a esta Fundação advém do fato de que a reconstrução da comunidade atingida tem sido conduzida sob uma lógica neoliberal, priorizando aspectos técnicos e financeiros em detrimento da reconstrução dos laços sociais e culturais (Passos, 2023), em outro momento, em 2021, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), chegou a pedir a extinção da Fundação Renova, alegando que sua atuação favorecia as empresas responsáveis pela tragédia em vez de garantir uma reparação justa e sem a devida participação da comunidade (MPMG, 2021).

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF) desempenham um papel crítico na supervisão e busca por justiça, fiscalizando as ações da Fundação Renova e defendendo os interesses públicos e

ambientais, eles lutam pela preservação da memória e pela transparência e justiça ambiental, isso envolve impedir que a tragédia seja reduzida a um problema técnico ou administrativo. Inclusive o MPF identificou que os reassentamentos foram conduzidos sem a participação efetiva dos atingidos, e reconheceu que isso comprometeu a identidade coletiva e a continuidade das práticas tradicionais (MPF, 2024).

Além das empresas, da Fundação Renova e do poder público, outros atores têm desempenhado papéis significativos nesse contexto complexo. A Cáritas Regional Minas Gerais, uma organização vinculada à Igreja Católica, atua como assessoria técnica dos atingidos desde 2016, sendo fundamental na articulação dos interesses e na defesa dos direitos das comunidades afetadas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas no processo de reparação.

Considerando a destruição de Bento Rodrigues e o subsequente reassentamento compulsório de seus moradores, questões como justiça ambiental e reparação social ganham ainda mais relevância. Neste sentido, a análise da reconstrução comunitária deve ser estruturada a partir da atenção dada ao conceito de território, identidade, pertencimento e memória.

O território pode ser entendido como a perda do espaço vivido, mas não somente. O conceito transcende à limitação geográfica – território configura-se como um espaço relacional e simbólico que dá vida ao cotidiano da comunidade. Embora o projeto do Novo Bento tenha buscado elementos físicos semelhantes ao antigo local, a mudança comprometeu a geografia afetiva, pois alterou a relação dos moradores com o espaço e isso impactou o dia a dia da comunidade.

A identidade de um povo é construída ao longo do tempo, e é baseada em relações sociais, tradições e práticas culturais, símbolos, marcos históricos, dinâmicas coletivas e a perda destes elementos corrobora para a continuidade da identidade social e a reconstrução de Bento Rodrigues não conseguiu preservar integralmente os elementos simbólicos que sustentavam a identidade coletiva da comunidade. Segundo Santos (1978, p. 122) “O espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções”.

Estes elementos são importantíssimos para a construção da memória coletiva e para o senso de pertencimento. Anular o conceito amplo de território e ignorar a

identidade de um povo pode contribuir para o risco do apagamento histórico e da memória coletiva, para o apagamento das histórias e das experiências vividas e para a dificuldade de se sentir parte, de reconstruir vínculos no Novo Bento. Este senso de pertencimento dos atingidos, ou a falta dele em parte pode também ser atribuído à pouca participação nos processos de decisão que envolviam o novo local de moradia.

A justiça ambiental demanda que os processos de reassentamento pós-tragédias sejam conduzidos de maneira participativa e sensível às necessidades das comunidades atingidas, garantindo que os envolvidos tenham voz ativa na reconstrução de seus territórios. O caso de Bento Rodrigues exemplifica os desafios de preservação do território, identidade, pertencimento e memória no contexto de reassentamentos forçados. Embora algumas medidas tenham sido adotadas para mitigar os impactos do deslocamento, observa-se que a reconstrução física não necessariamente promove a recomposição integral da vida comunitária, uma vez que aspectos simbólicos e sociais foram negligenciados.

A atuação de órgãos governamentais contribui, ainda que tardiamente, para o debate sobre justiça ambiental e reassentamentos compulsórios, reforçando a necessidade de políticas públicas que não se limitem à reconstrução material, mas que também considerem as dinâmicas sociais e culturais das populações afetadas.

O reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues e a construção do Novo Bento como um novo local de moradia, é uma forma de reprodução da sobrevivência da população, além de ser uma forma de indenização pela tragédia-crime ocorrido no rompimento da barragem de Fundão e que teve como consequência o desaparecimento de um subdistrito, mas não só isto.

O PROCESSO DE ESCOLHA

Para a escolha de onde seria construído o Novo Bento, inicialmente foram mapeados 17 terrenos e algumas características eram pré-requisitos para os moradores como por exemplo:

- a) qualidade do solo para plantio e criação animal;

- b) oferta hídrica e proximidades de nascentes;
- c) a área deveria ter acesso fácil aos serviços públicos de saúde;
- d) terreno adequado para implantação do sistema de tratamento de esgoto;
- e) segurança pública da área. A área deve ter acesso fácil às rotas de policiamento;
- f) área com qualidade ambiental e que promova segurança ambiental, distante de áreas suscetíveis à enchentes, não sujeita à deslizamentos de terra e operações;
- g) facilidade de acesso (proximidade do asfalto);
- h) topografia adequada (relevo não acidentado);
- i) facilidade de acesso à transporte público;
- j) proximidade da cidade de Mariana (24 km);
- k) local com potencial de desenvolvimento econômico;
- l) área distante de operações e processos industriais;
- m) aspectos ambientais ao redor da área (estar longe de áreas como aterros sanitários, poeira...);
- n) avaliação imobiliária das áreas do entorno;
- o) ser uma área com possibilidade de expansão imobiliária, e assim permitir o crescimento futuro do novo distrito;
- p) proximidade com a Estrada Real, e estar próximo ao Antigo Bento, sendo esta uma forma de manter proximidade e evitar o isolamento da comunidade de Camargos (Renova, 2016). Diante da determinação das características acima, 3 terrenos foram apresentados para votação: Carabina, Bicas e Lavoura. E após algumas assembleias, visitas e discussões, o terreno da Lavoura foi o escolhido por 223 das 226 famílias; ele possui 350 ha, fica a 8 quilômetros de Mariana e a 9 quilômetros do antigo Bento Rodrigues (Renova, 2016).

Figura 6: Localização dos terrenos para escolha do Novo Bento



Fonte: Estudo da empresa ERG – Jan./2016 a mar./2016.

Para este reassentamento a participação da comunidade nas áreas comuns do Novo Bento em todo o processo de escolha era um pré-requisito. E além das características supracitadas, a população demandava algumas particularidades como, por exemplo, a manutenção da mesma relação de vizinhança, a semelhança com as disposições dos comércios, postos de saúde, igrejas, os mesmos nomes de ruas e praças, um terreno de boa qualidade para agricultura.

Cada casa foi feita de acordo com o desejo de cada morador e cada família contou com um arquiteto exclusivo, neste projeto arquitetônico individualizado, o mesmo número de cômodos de cada casa foi mantido para aqueles moradores que possuíam a escritura de seus antigos imóveis, e a título de indenização houve um acréscimo de 20 metros quadrados. Já a medida do terreno daqueles que não possuíam escritura foi autodeclaratória e não menor que 250 metros quadrados.

Figura 7: Localização do terreno escolhido para ser o Novo Bento



Fonte: Estudo da empresa ERG – jan./2016 a mar./2016.

Ainda que semelhantes, o Novo Bento é uma nova paisagem bem diferente daquela anterior. A comunidade de Bento era muito simples, casa sem pintura, ou mal pintada, rebocos aparentes, jardins de ervas e cercas de bambu. Uma escola municipal, uma igreja e uma praça central eram os pontos de encontros, reuniões e socialização dos moradores. A descaracterização dos modos de vida acontece não só com a chegada e a instalação dos complexos minerários, mas também com os agravantes que o rompimento trouxe: a imposição de uma vivência urbana e a destituição do modo de vida rural (Soares, 2024).

Figura 8 - Matéria da revista *A Sirene*



Fonte: Jornal *A Sirene*, ed. 0, publicado em jun. 2016, p. 8.

Bento Velho X Bento Novo por imagens e relatos

Sem adentrar a fundo no processo de decisão e de participação e envolvimento da comunidade atingida de Bento Rodrigues, podemos perceber que houve omissão na reconstrução do Novo Bento no que tange à preservação da história do lugar, e das características dele. Percebe-se isso pelas falas dos afetados publicadas principalmente através do jornal *A Sirene*. Nota-se que nos relatos deste jornal que a

comunidade enfrentou um longo processo de reassentamento, sem a participação efetiva dos atingidos nas decisões que moldam o seu futuro e respeitam seus modos de vida.

A *Sirene* é uma importante voz da comunidade atingida e é um jornal independente, de publicação mensal, que foi criado pela população de Bento Rodrigues. Ele funciona como um instrumento de denúncia, de mobilização e de proteção da memória e costumes dessa gente. Em seu conteúdo é publicado relatos, notícias e artigos que abordam a tragédia, a vida cotidiana dos atingidos e as lutas por justiça.

Figura 9: Escola Municipal de Bento Rodrigues antes da tragédia



Fonte: Imagem capturada pelo Google Street View (2012).

As imagens da nova comunidade de Bento evidenciam uma ruptura significativa em relação à configuração espacial, arquitetônica e simbólica da antiga comunidade de Bento Rodrigues. O novo espaço, embora planejado para preservar elementos de vizinhança e urbanismo, não consegue reproduzir plenamente as características identitárias e culturais que marcavam a vida comunitária anterior. Nem reproduzir ou possibilitar o desenvolvimento da antiga economia local.

Essa desconexão impacta diretamente o sentimento de pertencimento dos moradores realocados, reforçando a necessidade de abordagens interdisciplinares que

considerem não apenas a infraestrutura física, mas também os aspectos simbólicos e sociais essenciais para a reconstrução do tecido comunitário.

Figura 10: Escola Municipal de Bento Rodrigues após a tragédia



Fonte: Acervo da autora (2019).

Figura 11: Pracinha de Bento Rodrigues antes da tragédia



Fonte: Imagem capturada pelo Google Street View (2012).

Figura 12: Imagens das casas de Bento Rodrigues antes da tragédia



Fonte: Imagem capturada pelo Google Earth (2016).

A conclusão das moradias estava prevista para março de 2019, porém, sucessivos atrasos foram registrados devido a dificuldades relacionadas à infraestrutura e à aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes e alguns obstáculos jurídicos e administrativos. Adicionalmente, os moradores expressaram preocupações quanto à preservação das características socioculturais do antigo distrito, alegando que o novo empreendimento não corresponde plenamente às expectativas da comunidade atingida. A demora na execução do reassentamento gerou insatisfação entre os beneficiários, levando alguns a reconsiderar sua participação no projeto coletivo e optarem pela indenização em pecúnia.

As casas não foram todas entregues ainda. A da minha mãe está sendo construída, ainda deve demorar uns três a quatro meses para ficar pronta e já tá cheia de problema. A minha tia, Sandra, tinha um bar e uma pousada. Ela ainda nem tem um projeto. Tem moradores que ainda não foi apresentado um terreno. Então, já tem pessoas morando [Novo Bento], tentando se adaptar, porque é o que a gente tem. Embora se fala que as casas foram construídas com a nossa participação, a última palavra era do arquiteto. Elas foram construídas do jeito que as empresas quiseram. Fizeram para mostrar para o mundo que entregaram uma coisa melhor do que a gente tinha, só que não é melhor. Não tem uma casa que foi entregue no reassentamento que não esteja com problema. (Jornal *Itatiaia*, 05/11/2024, s/p).

Figura 13: Rua pacata de Bento Rodrigues após a tragédia



Fonte: Acervo da autora (2019).

Figura 14: Imagens aéreas do Novo Bento Rodrigues em novembro de 2024



Fonte: Macacá Filmes - Divulgação Fundação Renova (2024).

Esse relato é rico em apresentar críticas e frustrações dos atingidos pela tragédia da barragem de Fundão quanto ao processo de reassentamento em Novo Bento. O trecho revela que as casas ainda não foram todas entregues e que as construções apresentam falhas estruturais antes mesmo da conclusão, evidenciando a falta de participação efetiva dos atingidos, pois embora os projetos de reassentamento aleguem considerar a participação dos moradores, o depoimento indica que a decisão final esteve nas mãos dos arquitetos e das empresas responsáveis, sem um diálogo real com os atingidos. Isso sugere que o reassentamento seguiu uma lógica imposta de cima para baixo, priorizando um modelo técnico e institucional, em vez de preservar as características e necessidades da comunidade. Mostra também que houve uma desconexão entre a realidade e o que fora prometido. O discurso destaca que a reconstrução das casas foi divulgada como uma melhoria em relação ao que os atingidos tinham antes, mas os próprios moradores discordam dessa narrativa. A percepção deles é que não houve ganho real, apenas um projeto que visa a atender a uma demanda pública por prestação de contas, sem considerar a qualidade de vida e os aspectos simbólicos da moradia.

Quando o morador diz a frase "tentando se adaptar, porque é o que a gente tem" revela que os moradores não enxergam o novo espaço como uma verdadeira continuidade de sua antiga comunidade, mas sim como uma solução imposta. Esse aspecto reforça a fragilidade do sentimento de pertencimento, que deveria ser um dos pilares do reassentamento. Quando a comunidade não se identifica com o novo território, há uma ruptura na identidade coletiva, o que pode gerar efeitos psicológicos e sociais de longo prazo.

Nas imagens de Bento Rodrigues – antes da tragédia, verifica-se casas espaçadas, todas com quintais, abundância de árvore, sombras, casas com hortas em contrapartida, o no Novo Bento há ausência de referências históricas ou culturais, as casas são próximas e mais se assemelham a um condomínio fechado de médio padrão. “Éramos um povoado rural e viramos um povoado urbano... por um ano, teremos o IPTU e as contas de água e luz pagos pela Renova. Como vamos manter as casas depois? São imóveis enormes e pouco funcionais.” (Mauro Marcos da Silva, entrevista à revista *Piauí*, 2023).

No antigo Bento Rodrigues, as dinâmicas de subsistência estavam ligadas à terra, à produção agrícola e à economia comunitária. Com a transformação em um espaço urbano planejado, os moradores são obrigados a se adaptar às novas formas de organização social e econômica, muitas vezes sem o suporte adequado para essa transição. Moradores que antes viviam em uma economia baseada na terra e na troca comunitária agora se veem diante de novos custos urbanos, como impostos, tarifas e despesas fixas. Esse cenário pode gerar vulnerabilidade financeira, principalmente para aqueles que não possuem fontes de renda compatíveis com esse novo modelo de vida.

Além disso, na frase do Mauro que diz que os imóveis são "enormes e pouco funcionais" sugere que, apesar da tentativa de modernização, as casas não foram projetadas para atender às reais necessidades da população reassentada. O planejamento das moradias parece ter priorizado aspectos estéticos e técnicos em detrimento da funcionalidade prática e do conforto adaptado ao estilo de vida dos moradores, o que pode gerar dificuldades no cotidiano e na adaptação ao novo espaço.

Figura 15: Imagens aéreas do Novo Bento Rodrigues em novembro de 2024



Fonte: Macacá Filmes, Divulgação Fundação Renova (2024).

Figura 16: Imagens aéreas do Novo Bento Rodrigues em novembro de 2024



Fonte: Macacá Filmes, divulgação Fundação Renova (2024).

Muitos habitantes relataram dificuldades em adaptar-se ao Novo Bento, citando a perda de vínculos comunitários, a descaracterização de costumes locais e a ruptura de redes sociais historicamente construídas. Esse processo de fragmentação cultural impactou a reconstrução da identidade coletiva, minando o senso de pertencimento e afetando diretamente o bem-estar psicológico da população. Novamente no âmbito econômico, os reflexos das tragédias foram perceptíveis na estrutura produtiva: a extinção da cooperativa produtora de pimenta biquinho, como o fim de trabalhos manuais, informais e artesanais.

Como a gente vai plantar? Como vai criar um animal ali? Aquilo parece um Alphaville. Não tem nada a ver com nossos modos de vida. O terreno do novo Bento foi escolhido pela comunidade. Só que, quando a gente escolheu, pensou em casas muito diferentes das que estão construindo. Eu não gosto nem de passar lá. Mas é o que temos [...] (Mônica dos Santos - Integrante da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), em entrevista à revista *Piauí*, 2023, s/p).

Tal qual mencionado acima, relatos de falta de escuta e de decisões impostas sem diálogo são frequentemente ditas em entrevistas por meio do jornal *A Sirene*. A Fundação Renova afirma que até outubro de 2014 – nove anos após a tragédia – 156 das

246 casas haviam sido entregues aos novos moradores. O reassentamento da comunidade atingida de Bento Rodrigues revelou-se longe de ser apenas um processo físico, mas um dilema identitário para os sobreviventes.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou que projetos de reassentamento pós-tragédia, como o de Bento Rodrigues, têm apresentado um conjunto de desafios para a manutenção do território, identidade, pertencimento e memória das comunidades afetadas. Embora algumas ações tenham sido tomadas para aliviar os efeitos do deslocamento forçado, a reconstrução física não foi suficiente para restabelecer as relações sociais e simbólicas necessárias para a reprodução da vida coletiva.

Embora características físicas da antiga vila tenham sido incorporadas no “Novo Bento”, seus significados simbólicos e estruturais de unir os habitantes como uma identidade comunitária não puderam ser totalmente reproduzidos no assentamento reconstruído.

O fato de o processo de reassentamento ter sido caracterizado por falhas na comunicação e envolvimento limitado da comunidade, de acordo com relatos dos afetados, levou a um sentimento de exclusão e desconexão social. Além disso, observou-se que a compensação material inicialmente oferecida, como bens ou novas casas, não substituiu a perda das relações comunitárias e da memória compartilhada, ambos necessários para reconstruir um sentimento de pertencimento.

O estudo também destacou que as vítimas não podem ser aliviadas de seu sofrimento apenas com compensação material. A necessidade de proteger a memória e a identidade coletiva deve ser considerada no processo de planejamento de reassentamento, evitando o esgotamento da identidade comunitária e incentivando mecanismos que garantam a reconstituição dos laços sociais necessários à vida cotidiana.

Esta pesquisa foi conduzida através de uma análise qualitativa de entrevistas e fontes documentais sobre o reassentamento de Bento Rodrigues. No entanto, não há acompanhamento a longo prazo das consequências sociais e emocionais do reassentamento e, assim, os efeitos a longo prazo sobre os moradores permanecem

como um enigma. Pesquisas adicionais também poderiam ser realizadas com acesso a documentos internos, tanto sobre a governança do processo de reparações e a posição das instituições envolvidas, quanto sobre fatores que afetam mudanças e resistência por parte dos proprietários e com entrevistas com os agentes que direcionaram a reconstrução.

Embora o estudo tenha limitações, espera-se que estudos futuros possam refinar essas análises das consequências psicossociais do deslocamento e práticas favoráveis de reassentamento em vários contextos, possibilitando comparações entre eles que melhorarão políticas públicas específicas que cuidem dos direitos e da justiça ambiental dos afetados, aprofundando especificamente a compreensão de como os reassentamentos podem ser desenhados para oferecer reparações melhores, mais humanas e participativas.

Entende-se, portanto, que a tarefa das políticas públicas futuras é reconciliar as dimensões física e simbólica ao regenerar comunidades pós-tragédia, revertendo o processo de retorno que fragmentou a identidade e destruiu a memória coletiva. Afinal, um reassentamento efetivamente implementado não deve ser limitado à compensação material, mas sim recriar um lar que respeite as vidas, tradições e memórias das pessoas. Estes são aspectos que precisam ser reproduzidos para trabalhar na redução do sofrimento dos afetados, bem como para manter a continuidade da identidade.

Por todas essas razões, tragédias como o de Mariana são lições para desenvolver novos modelos de reconstituição dessas comunidades, baseados na participação ativa dos afetados e no reconhecimento de seus territórios, cultura e história, e sendo reparados além da infraestrutura, pois é isso que realmente restaurará o tecido social das comunidades envolvidas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Anuário Mineral Brasileiro Interativo**. 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODIyOWJlMTgtZTBiNi00ODFhLWJiOGEtYzlmOWM3MjhmMWQ4IiwidCI6ImEzMDgzZTIxLTc0OWItNDUzNC05YWZhLTU0Y2MzMTg4OTdiOCJ9>. Acesso em: 26 jul. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Boletim de Barragens de Mineração**: Report Mensal – Junho 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/boletim-de-barragens-de-mineracao>. Acesso em: 29 jul. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Distribui R\$ 429 milhões de royalties da mineração a estados e municípios produtores**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/anm-distribui-r-429-milhoes-de-royalties-da-mineracao-a-estados-e-municipios-produtores>. Acesso em: 12 jun. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Mapas – Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM)**. 2024. Disponível em: <https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/Mapa>. Acesso em: 18 jul. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Mineração em Números**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/mineracao-em-numeros>. Acesso em: 26 jul. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Resolução nº 13**, de 8 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ASSIS, Flávia dos Santos Fernandes Torres de; LUDKA, Vanessa Maria. A utilização dos principais conceitos geográficos e sua aplicabilidade no ensino do turismo. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S.l.], v. 9, n. 17, p. 145–167, 2019.

Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/608>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BOWKER ASSOCIATES SCIENCE Eco2Tech. Disponível em: https://eco2tech.com/technical-library/project_engineers/bowker-associates/. Acesso em: 11 abr. 2024.

BOWKER ASSOCIATES SCIENCE & RESEARCH IN THE PUBLIC INTEREST. **15 Cove Meadow Rd, Stonington, Maine, 04681**. E-mail:

lindsaynewlandbowker@gmail.com. Tel: +1 (207) 367-5145. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/material%20para%20o%20artigo%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/material%20para%20o%20artigo%20(2).pdf). Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 20, § 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Relatório de análise de acidente**: rompimento da barragem de rejeitos Fundão em Mariana - MG. Brasília: MTP, 2016. 138 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 20, § 1º. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil - CPRM. **Monitoramento especial da bacia do rio Doce**: Relatório 02 - Geoquímica. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015. Acesso em: 24 set. 2023.

CÁRITAS MINAS GERAIS. **Salve o Jornal A Sirene!** Disponível em: Cáritas MG. Acesso em: 05 jun. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34396693/12759_o-lugar-no-do-mundo-libre.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

CODEMIG. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. **Notícias**. Disponível em: <http://www.codemig.com.br/noticias/noticias/>. Acesso em: 29 abr. 2018.

COUTO, Mardélio; RODRIGUES, Fernanda. **Tragédia de Mariana completa nove anos e atingidos protestam contra mineração**: 'sentimento de ódio'. Rádio Itatiaia, 05 nov. 2024. Disponível em: Itatiaia. Acesso em: 01 maio 2025.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; HELMREICH, Stefan. Uma onda de lama: viagem de águas tóxicas, de Bento Rodrigues ao Atlântico brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 33–51, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145632>. Acesso em: 12 mar. 2025.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Tragédia em Mariana**: produção. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/8410974/tragedia-em-mariana-producao->. Acesso em: 29 abr. 2024.

EMATER. **Tragédia em Mariana**: produção agropecuária em áreas atingidas está comprometida. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/8410974/tragedia-em-mariana-producao-agropecuaria-em-areas-atingidas-esta-comprometida>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FREITAS, R. **Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido**: Área conhecida como Lavoura deverá abrigar o novo distrito. Comunidade foi destruída pelo rompimento da barragem da Samarco. G1: Minas Gerais, 7 maio 2016. Disponível em: <http://glo.bo/1UIe130>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FUNDAÇÃO RENOVA. **A fundação**. 2024. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FUNDACAO RENOVA. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-2-_estudos-tecnicos-bento-rodrigues.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

GODOY, Lucas. Relatório técnico: geografia. In: LIMA, Kleverson Theodoro; ANDRADE, Viviane Corrado de. **Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão**. Lagoa Santa: Pólen Consultoria Patrimônio e Projetos, 2017.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Rompimento da Barragem de Fundão**. 2024. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/informes/rompimento-da-barragem-de-fundao>. Acesso em: 30 set. 2024.

IBAMA. **Rompimento de barragem da Vale em Brumadinho (MG) destruiu 269,84 hectares**. 2024. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/ultimas-2/1881-rompimento-de-barragem-da-vale-em-brumadinho-mg-destruiu-269-84-hectares>. Acesso em: 02 out. 2024.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://anuario.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 26, p. 49–57. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf. Acesso em: ago. 2024.

IBGE. **Reservas minerais**. 2024. Disponível em: <https://anuario.ibge.gov.br/2023/territorio/recursos-naturais-e-meio-ambiente/aeb-2023-tabelas-recursos-naturais-e-meio-ambiente/22117-reservas-minerais.html>. Acesso em: 08 jul. 2024.

IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. **Apresentação de peritos da Polícia Federal sobre o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Mariana/MG**. XVIII Simpósio Nacional de Auditoria em Obras Públicas – SINAOP, João Pessoa/PB, 2018. Disponível em: <https://www.ibraop.org.br/sinaop18>. Acesso em: 31 jul. 2024.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bento Rodrigues e suas políticas de preservação cultural**. 2025. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2179>. Acesso em: 29 abr. 2025.
ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

JORNAL A SIRENE. **Edição 0 (fevereiro)**. São Paulo: Publicação independente, jun. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 19 mar. 2025.

JORNAL A SIRENE. Ed. 1, março. Publicado em 6 jun. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene2sm>. Acesso em: 29 abr. 2025.

JORNAL A SIRENE. *A Sirene* - Ed. 59 (março/2021). Publicado em 5 mar. 2021. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_59_-mar_o_de_2021-_jornal_a_sirene__corri. Acesso em: 29 abr. 2025.

JORNAL A SIRENE. **A Sirene – Ed. 100 (outubro/2024)**. [S.l.]: [s.n.], 31 out. 2024. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_-outubro_3. Acesso em: 01 mai. 2025.

JUSTIÇA FEDERAL. **Processo 1000415-46.2020.4.01.38000**. Disponível em: Conjur. Acesso em: 05 jun. 2025.

LOPES DE SOUZA, M. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S./l.], v. 2, n. 1, p. 16, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/25277>. Acesso em: 6 jun. 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) – Ministério Público Federal. **Caso SAMARCO – Atuação do MPF**. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Caso Samarco**. 2025. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PASSOS, Sibele Fernanda de Paula. **(Des) Construindo uma Comunidade Imaginada: O caso da comunidade de Bento Rodrigues atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG)**. 2022. 174 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2022.

MONTEIRO, Karla. **Vilarejo Inventado**. *Piauí*, 09 jun. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vilarejo-inventado/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **MPMG pede na Justiça extinção da Fundação Renova**. 2025. Disponível em: MPMG. Acesso em: 05 jun. 2025.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes; MARQUES, Monique Sanches. **Das expulsões às resistências: os reassentamentos coletivos e territórios atingidos pela mineração em Mariana/MG**. In: ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: ANPUR. Acesso em: 05 jun. 2025.

PORTO, Antônio José M.; Santos, Laura M. Reflexões sobre o caso da Samarco em Mariana. **Conjuntura Econômica**, [S./l.], v. 70, n. 6, p. 60–61, 2016.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

SAMARCO. **Reassentamentos e obras de bens públicos avançam em Novo Bento Rodrigues e Paracatu**. 2025. Disponível em: <https://www.samarco.com/reassentamentos-e-obras-de-bens-publicos-avancam-em-novo-bento-rodrigues-e-paracatu/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SAMARCO. **Quem somos**. 2024. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SAMPAIO, R. S. R. Inadequações da responsabilização ambiental como instrumento capaz de reparar danos ambientais decorrentes de acidentes de grande proporção: uma análise do caso Samarco. In: Alcântara, Paulo Augusto F. et al. **Depois da lama: Mariana e as consequências de um desastre construído**. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SILVA, Danielle; FERREIRA, Matteus; SCOTTI, Maria Rita. **O maior desastre ambiental brasileiro: de Mariana (MG) a Regência (ES)**. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2015.

SOARES, Natalia Beneton; BONDUKI, Nabil. Neoextrativismo e autoritarismo corporativo no processo de reassentamento de Bento Rodrigues, Mariana/MG. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S./l], v. 26, n. 1, p. 1-31, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202420pt>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SYNERGIA. **Levantamento de expectativas: Bento Rodrigues**. Mariana, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort et al. **A reconstrução de Bento Rodrigues/MG e a memória do lugar**. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: Núcleo de Pesquisa em Desenho Ambiental, Escola de Arquitetura da UFMG, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1983. (1ª ed. norte-americana: *Space and place: the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977).

TUAN, Yi-Fu. *Sacred Space: Explorations of an Idea*. In: BUTZER, K. (ed.) **Dimensions of Human Geography: Essays on Some Familiar and Neglected Themes**. Chicago, University of Chicago Press, 1972. p. 84-99.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Space and place: humanistic perspective*. In: Gale, S.; Olsson, G (ed.) **Philosophy in Geography**. Dordrecht, Reidel Publ. Co., 1979. p. 387-427.

TUAN, Yi-Fu. *Place: na experiential perspective*. **Geographical Review**, [S./l], v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975a.

Autores

Aurinéa Matos Ferreira – É graduada em Economia pela Universidade Federal de São João de-Rei (UFSJ). Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Endereço: Praça Frei Orlando, 170, Centro, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil, CEP: 36307-352.

Leonardo Cristian Rocha – É graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), mestre em Geografia e Análise Ambiental e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Endereço: Praça Frei Orlando, 170, Centro, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil, CEP: 36307-352.

Carlos Fernando Ferreira Lobo – É graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, CEP: 31.270-901.

Artigo recebido em: 23 de junho de 2025.

Artigo aceito em: 21 de setembro de 2025.

Artigo publicado em: 25 de setembro de 2025.